



# RE LA TÓ RIO

semestral  
2016



# SIPAG. SUA NOVA MAQUININHA DE FAZER BONS NEGÓCIOS.



Agora você tem uma nova maquininha de cartão para vender com mais segurança e praticidade. São diversas vantagens em um sistema de pagamentos para estabelecimentos comerciais e para profissionais liberais e de prestação de serviços. Com a maquininha Sipag, você faz sempre os melhores negócios.

**sip2g**  
Soluções Integradas de Pagamento

**RELATÓRIO DE**  
**ADMINISTRAÇÃO**  
**2016**

## RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.Sas. às Demonstrações Contábeis do 1º (primeiro) Semestre do exercício de 2016 da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Palmeiras e Região Ltda – SICOOB PALMEIRAS, na forma da Legislação em vigor.

### 1. Política Operacional

Em fevereiro do ano de 2016 o SICOOB PALMEIRAS completou 24 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da captação de depósitos e concessão de empréstimos.

### 2. Avaliação de Resultados

No primeiro semestre do exercício do ano de 2016, o SICOOB PALMEIRAS obteve um resultado de R\$ 1.143.977,10 (um milhão, cento e quarenta e três mil, novecentos e setenta e sete reais e dez centavos), depois de pagar os juros ao capital e antes das destinações obrigatórias.

### 3. Ativos

Os recursos alocados na Centralização Financeira somaram R\$ 19.753.870. Enquanto a carteira de créditos representava R\$ 29.119,740.

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 30/06/2016 o percentual de 43,22% da carteira, no montante de R\$ 16.218.453,36.

### 4. Captação

As captações, totalizando R\$ 7.816.457, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior. As captações somada, com as disponibilidades encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	R\$ 7.122.548	35%
Depósitos à Prazo	R\$ 13.310.636	65%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 30/06/2016 o percentual de 46,82% da captação, no montante de R\$ 9.503.543,23.



## 5. Patrimônio de Referência

No encerramento do primeiro semestre do exercício do ano de 2016, o Patrimônio de Referência do SICOOB PALMEIRAS era de R\$ 25.416.294,47. O quadro de associados era composto por 1.090 Cooperados, refletindo um acréscimo de 1,01% em relação ao exercício do segundo semestre do ano de 2015.

## 6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercado ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB PALMEIRAS adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 97,03% nos níveis de "AA" a "C", níveis estes refletos a menor probabilidade da ocorrência do não pagamento por parte do tomador dos recursos.

## 7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permite aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabe ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos e Riscos, subordinado diretamente ao Conselho de Administração que é supervisionado pelo SICOOB GOIÁS CENTRAL, que, por sua vez, realiza as atividades de controles internos, e também possuem a equipe de auditoria do SICOOB GOIÁS CENTRAL, que desenvolve os trabalhos de auditorias internas e ainda possuem a auditoria externa.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe fiscalizar a Cooperativa.

A collection of handwritten signatures and stamps in blue ink. The most prominent signature is 'José Marques da Silva'. To its right, there is a circular stamp with the letters 'RMC' inside. Other smaller, less legible signatures and initials are scattered around the main ones.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal e o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para estar de acordo com as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a segregação de funções e o gerenciamento do desempenho de seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, são relevantes e necessários para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

#### **8. Conselho Fiscal**

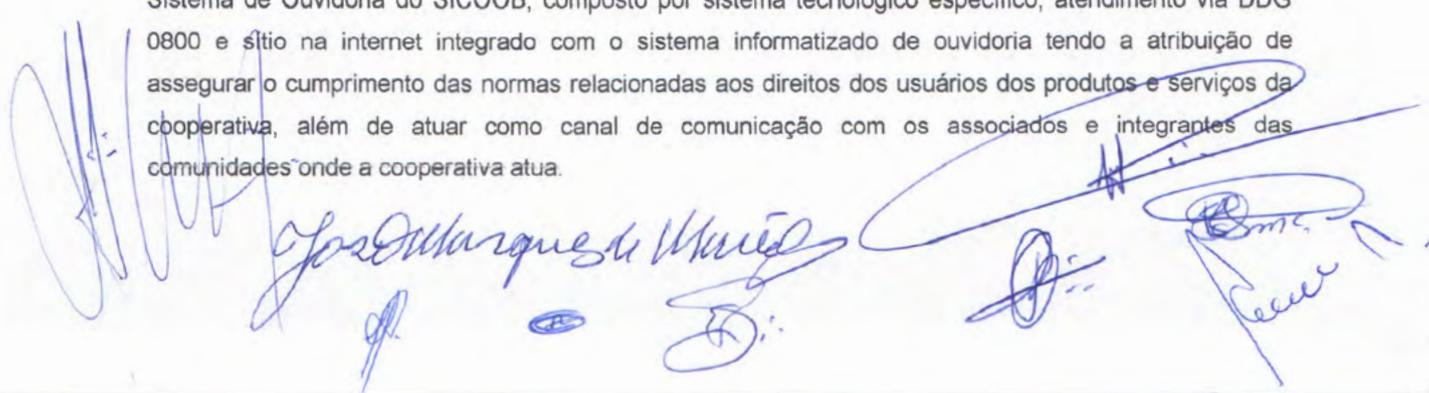
Eleito trienalmente (a cada 3 anos) na AGO, com mandato até a posse dos que forem eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2016, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual. Em 2013, todos os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal participaram de um curso de formação ministrado pelo SICOOB GOIÁS CENTRAL, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e a forma de exercê-las.

#### **9. Código de Ética**

Todos os integrantes da equipe do SICOOB PALMEIRAS aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

#### **10. Sistema de Ouvidoria**

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários dos produtos e serviços da cooperativa, além de atuar como canal de comunicação com os associados e integrantes das comunidades onde a cooperativa atua.

The bottom of the page features several handwritten signatures in blue ink. The most prominent one is 'José Marques de Moraes'. To the right, there are several circular stamps, some of which appear to be official seals or signatures, though they are less legible. The signatures and stamps are scattered across the bottom third of the page, overlapping the text of the 'Sistema de Ouvidoria' section.

No exercício do 1º Semestre de 2016, a Ouvidoria do SICOOB PALMEIRAS, não apresentou nenhuma ocorrência de registro de associados e não associados.

### 11. Acompanhamento de Aderência – Projeto de Transformação

Em relação ao acompanhamento de aderência ao Projeto de transformação da Cooperativa em “Livre Admissão de associados”, protocolado ao Banco Central, informamos que houve um ajuste para cumprirmos nossas Metas Projetadas x Realizadas. O Projeto de Transformação da Cooperativa finalizou na Data Base de 30/03/2016.

ACOMPANHAMENTO DE ADERÊNCIA		ANO BASE MARÇO 2016	
ITEM	RESULTADOS		
	PROJETADO	AJUSTADO	REALIZADO
Ativo Total	36.250.774,00	51.425.122,00	56.479.95,00
Disponibilidades	11.058.285,00	13.381.594,00	18.323.901,00
Operações de Crédito	16.130.826,00	34.187.943	34.007.871,00
Outros Créditos	118.897,00	252.447,00	221.242,00
Bens não de uso	0,00	0,00	0,00
Permanente	1.742.298,00	3.603.137,00	3.926.939,00
Depósitos Totais	9.711.209,00	13.288.832,00	17.661.424,00
Depósitos à Vista	5.601.216,00	5.797.000,00	7.777.863,00
Depósitos a Prazo	4.109.993,00	7.491.832,00	9.883.561,00
Repasses (Passivo)	13.414.858,97	13.467.977,00	12.503.032,00
Outras Obrigações	1.094.393,00	1.094.393,00	1.276.771,00
Patrimônio Líquido	23.522.419,43	23.573.920,00	25.038.725,00
Sobras / Perdas Acumuladas	1.093.123,56	91.051,17	496.781,00
Resultado da Intermediação Financ	570.273,06	543.369,38	560.154,00
Margem Financeira*	492.616,30	468.585,92	573.174,00
Margem de Contribuição**	290.058,46	266.124,55	383.356,00
Despesas Administrativas	192.245,67	403.799,61	204.730,00
Resultado Final	162.357,14	134.086,90	178.627,00
Associados	1.042	1.054	1.078
Empregados	23	23	25
Pontos de Atendimentos	4	4	3

\*Resultado da Intermediação Financeira antes da Provisão/Recuperação CL.

\*\*Demonstra quanto sobra da receita para pagar custos fixos e gerar sobras.

## 12. Gerenciamento de Risco e de Capital

### 12.1 Risco Operacional

- a) As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob.
- b) O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.
- c) As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos e Riscos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.
- d) Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração. A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).
- e) Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006 encontra-se disponível no sítio do Sicoob ([www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br)) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

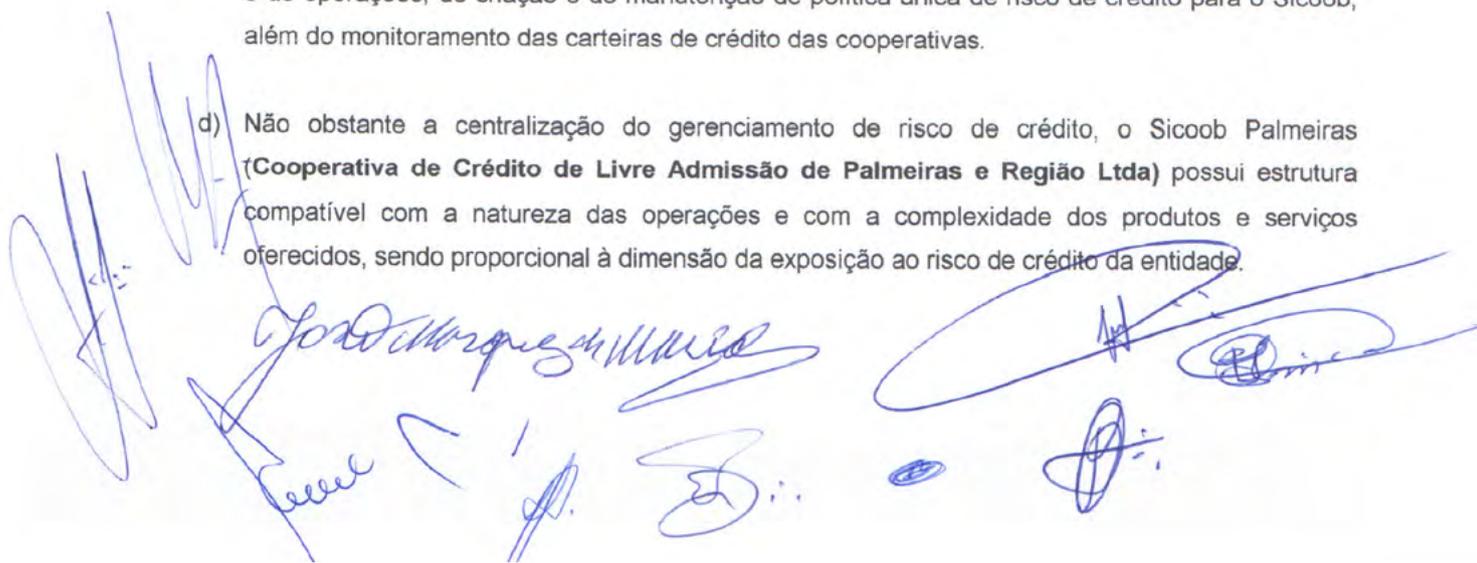
### 12.2 Riscos de Mercado e de Liquidez

- a) O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob Palmeiras (**Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Palmeiras e Região Ltda**) objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída nas Resoluções CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.
- b) Conforme preceitua o artigo 11 da Resolução CMN 3.721/2009, o Sicoob Palmeiras (**Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Palmeiras e Região Ltda**) aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).

- c) No gerenciamento dos riscos de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (*trading*) e não negociação (*banking*), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de *stress* e de aderência do modelo de mensuração de risco (*backtesting*).
- d) No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de *stress* e planos de contingência.
- e) Não obstante a centralização do gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez, o Sicoob Palmeiras (**Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Palmeiras e Região Ltda**) possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.

### 12.3 Risco de crédito

- a) O gerenciamento de risco de crédito do Sicoob Palmeiras (**Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Palmeiras e Região Ltda**) objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.
- b) Conforme preceitua o artigo 10 da Resolução CMN nº 3.721/2009, o Sicoob Palmeiras (**Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Palmeiras e Região Ltda**) aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no site [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).
- c) Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.
- d) Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o Sicoob Palmeiras (**Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Palmeiras e Região Ltda**) possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

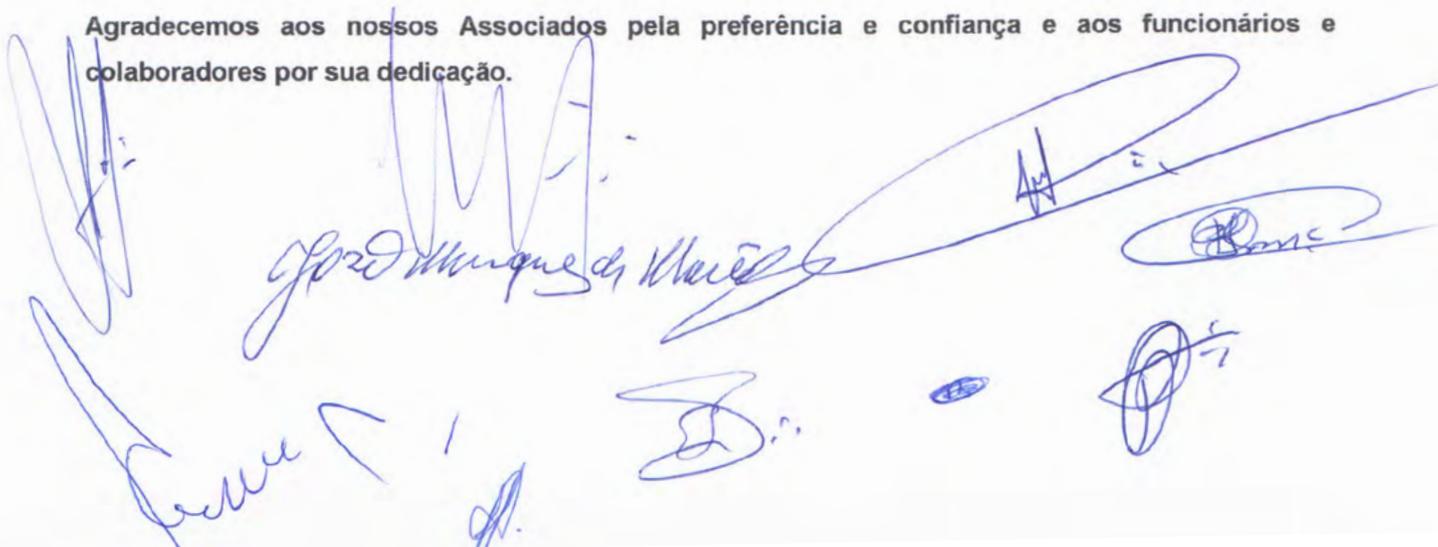


## 12.4 Gerenciamento de capital

- a) A estrutura de gerenciamento de capital do Sicoob Palmeiras (**Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Palmeiras e Região Ltda**) objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.
- b) Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, o Sicoob Palmeiras (**Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Palmeiras e Região Ltda**) aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).
- c) O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:
- avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;
  - planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;
  - adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.
- d) Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

## Agradecimentos

Agradecemos aos nossos Associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores por sua dedicação.



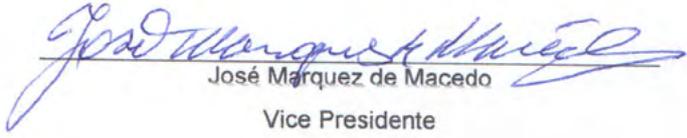
Palmeiras de Goiás – Goiás, 21 de Julho de 2016.



---

José Renner de Souza Rates

Presidente



---

José Marquez de Macedo

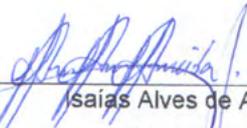
Vice Presidente



---

Airton Ari Faleiros

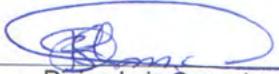
Conselheiro



---

Saías Alves de Almeida

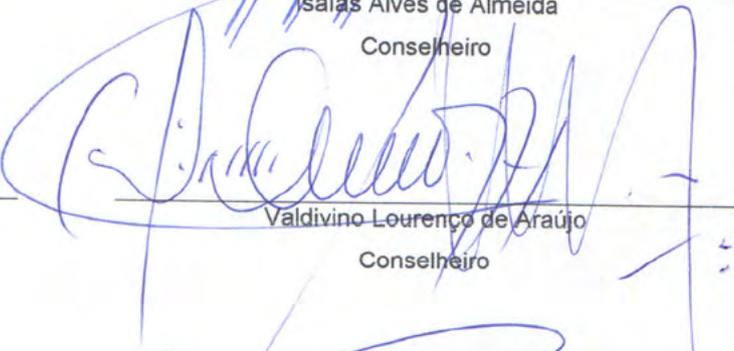
Conselheiro



---

Divino Luiz Gonçalves

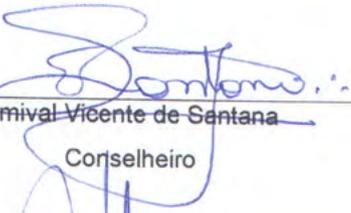
Conselheiro



---

Valdivino Lourenço de Araújo

Conselheiro



---

Emival Vicente de Santana

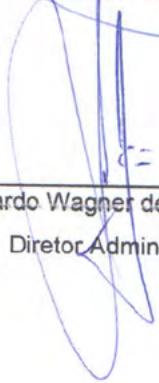
Conselheiro



---

Fábio Mariano de Oliveira

Conselheiro



---

Ricardo Wagner de Oliveira

Diretor Administrativo



---

Alexandre de Lellis

Diretor Operacional

**DEMONSTRAÇÕES**  
**CONTÁBEIS**  
**2016**

**DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL LEVANTADA EM 30.06.2016 E 30.06.2015**  
**BALANÇO PATRIMONIAL**  
**(EM R\$)**

<b>ATIVO</b>	<b>06/2016</b>	<b>06/2015</b>	<b>PASSIVO + PATRIMONIO LIQUIDO</b>	<b>06/2016</b>	<b>06/2015</b>
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>46.048.709</b>	<b>40.772.486</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>28.090.869</b>	<b>24.823.502</b>
DISPONIBILIDADES	434.197	490.563	DEPÓSITOS (NOTA 9)	20.433.186	17.565.906
Caixa e Equivalentes de Caixa	434.197	490.563	DEPÓSITOS A VISTA	7.122.549	6.855.426
			DEPÓSITOS A PRAZO	13.310.637	10.710.480
			OUTROS DEPOSITOS	0	0
<b>RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 4)</b>	<b>19.753.870</b>	<b>16.771.283</b>	<b>RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 10)</b>	<b>5.826.649</b>	<b>5.737.643</b>
CENTRALIZAÇÃO FINANCEIRA	19.753.870	16.771.283	REPASSES INTERFINANCEIROS	5.826.649	5.737.643
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 5)</b>	<b>25.625.371</b>	<b>22.944.343</b>	<b>RELAÇÕES INTERDEPENDENCIAS (NOTA 12)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	25.625.371	22.944.343	RECURSOS EM TRANSITO TERCEIROS	0	0
Setor Privado	26.210.355	23.562.790			
(-)PROVISÃO PARA CLD	(584.984)	(618.447)			
<b>OUTROS CRÉDITOS (NOTA 6)</b>	<b>235.270</b>	<b>174.087</b>	<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES (NOTA 13)</b>	<b>1.831.034</b>	<b>1.519.952</b>
RENDAS A RECEBER	9.625	9.274	SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS	201.970	238.554
DIVERSOS	225.645	164.813	COB E ARRECAD. DE TRIB.E ASSEM.	10.201	12.298
			FISCAIS E PREVIDENCIARIAS	48.205	39.925
			DIVERSAS	1.570.658	1.229.176
OUTROS VALORES E BENS	0	392.210			
OUTROS VALORES E BENS	0	392.210	PASSIVO NÃO CIRCULANTE (NOTA 14)	103.198	103.198
DESPESAS ANTECIPADAS	0	0	OUTRAS OBRIGAÇÕES	103.198	103.198
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE (NOTA 7)</b>	<b>7.673.832</b>	<b>6.127.537</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO (NOTA 15)</b>	<b>25.528.473</b>	<b>21.973.323</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 5)</b>	<b>3.494.369</b>	<b>2.549.372</b>	<b>CAPITAL</b>	<b>20.041.248</b>	<b>17.707.849</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3.494.369	2.549.372	DE DOMICILIADOS NO PAÍS	20.166.872	17.778.319
			(-) CAPITAL A REALIZAR	(125.624)	(70.470)
			<b>RESERVA DE LUCROS</b>	<b>4.262.634</b>	<b>3.509.250</b>
			Fundo de Reserva	4.176.506	3.432.277
<b>INVESTIMENTOS (NOTA 8)</b>	<b>3.981.767</b>	<b>3.371.311</b>	Reserva para Contingências	86.128	76.973

OUTROS INVESTIMENTOS	3.981.767	3.371.311	<b>SOBRAS/PERDAS ACUMULADAS (NOTA 16)</b>	<b>1.224.591</b>	<b>756.225</b>			
<b>IMOBILIZADO DE USO (NOTA 7)</b>	<b>153.844</b>	<b>146.738</b>						
IMÓVEIS DE USO	0	0						
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES DE USO	552.401	493.421						
(-) DEPRECIações ACUMULADAS	(398.558)	(346.683)						
<b>INTANGIVEL (NOTA 7)</b>	<b>43.853</b>	<b>60.116</b>						
ATIVOS INTANGIVEIS	305.633	305.633						
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	(261.780)	(245.517)						
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>53.722.541</b>	<b>46.900.023</b>				<b>TOTAL DO PASSIVO+PATRIM LIQUIDO</b>	<b>53.722.541</b>	<b>46.900.023</b>

**DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS E PERDAS  
SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2016  
( EM R\$ )**

DISCRIMINAÇÃO	06/2016	06/2015
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>3.351.813</b>	<b>2.300.795</b>
Operações de Crédito	3.351.813	2.300.795
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(1.412.213)</b>	<b>(816.475)</b>
Operações de Captação no Mercado	(669.865)	(457.911)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	(450.930)	(261.555)
Provisão para Créditos Liquidação Duvidosa	(291.418)	(97.009)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>1.939.600</b>	<b>1.484.320</b>
<b>OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>297.007</b>	<b>250.644</b>
Receitas de Prestação de Serviços	252.195	55.998
Rendas de Tarifas Bancárias	68.453	95.133
Outras Receitas Operacionais	1.630.306	1.395.565
Outras Receitas Não Operacionais	0	74.412
Despesas de Pessoal	(696.136)	(608.017)
Outras Despesas Administrativas	(829.632)	(729.757)
Despesas Tributárias	(28.818)	(23.631)
Outras Despesas Operacionais	(98.802)	(8.157)
Outras Despesas não Operacional	(560)	(902)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>2.236.607</b>	<b>1.734.964</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	<b>13.952</b>	<b>6.367</b>
<b>RESULTADO ANTES DA PROVISÃO PARA JUROS AO CAPITAL</b>	<b>2.250.559</b>	<b>1.741.331</b>
Juros ao Capital	(1.106.582)	(1.027.274)
<b>RESULTADO BRUTO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS</b>	<b>1.143.977</b>	<b>714.056</b>
<b>PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO/FATES</b>	<b>80.614</b>	<b>42.169</b>
<b>SOBRAS LÍQUIDAS (PERDAS LÍQUIDAS)</b>	<b>1.224.591</b>	<b>756.225</b>

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2016  
(VALORES EM R\$)**

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE SOBRAS		SOBRAS OU PER- DAS ACUMULADAS	TOTAL
		LEGAL	FAC		
SALDOS NO INICIO DO PERÍODO EM: 01/01/2015	16.937.893	3.431.194	656.786	562.960	21.642.445
AUMENTOS DE CAPITAL:					0
- Por Incorporação de Sobras	562.960	1.083		(562.960)	1.083
- Por Incorporação de Reservas	656.786		(656.786)		0
- Por Integralizações	1.225.493				1.225.493
- Juros Pagos ao Capital	1.929.850				1.929.850
BAIXA CAPITAL	(2.087.023)				(2.087.023)
OUTROS EVENTOS:					0
- Reavaliação de Imóveis de Uso Próprio					0
- Doação					0
SOBRAS (PREJUÍZO) DO PERÍODO				2.480.763,53	2.480.764
DESTINAÇÕES:					0
- Fates				(124.038,18)	(124.038)
- Reserva Legal		744.229,06		(744.229,06)	0
- Fundo Para Aumento de Capital (FAC)			868.267,24	(868.267,24)	0
- FUNCAAF					77.910
- Ajustes					
SALDOS NO FIM DO PERÍODO EM: 31/12/2015	19.225.959	4.176.506	868.267	744.229	25.146.483
MUTAÇÕES NO PERÍODO	2.288.066	745.312	211.481	181.269	3.504.038
SALDOS NO INICIO DO PERÍODO EM: 01/01/2016	19.225.959	4.176.506	868.267	744.229	25.146.483
AUMENTOS DE CAPITAL:					0
- Por Incorporação de Sobras	744.229			(744.229)	0
- Por Incorporação de Reservas	868.267		(868.267)		(0)
- Por Integralizações	344.759				344.759
- Juros Pagos ao Capital					0
BAIXA CAPITAL	(1.141.966)				(1.141.966)
OUTROS EVENTOS:					0
- Reavaliação de Imóveis de Uso Próprio					0
- Doação					0
SOBRAS (PREJUÍZO) DO PERÍODO				1.143.977,10	1.143.977
DESTINAÇÕES:					0
- Fates				80.614,16	80.614
- Reserva Legal					0
- Fundo Para Aumento de Capital (FAC)					0
- FUNCAAF					(45.394)
- Ajustes					
SALDOS NO FIM DO PERÍODO EM: 30/06/2016	20.041.248	4.176.506	(0)	1.224.591	25.528.473
MUTAÇÕES NO PERÍODO	815.289	0	(868.267)	480.362	381.990

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO

	1º Semestre 2016
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	
Sobras/(perdas) líquidas antes do imposto de renda e da contribuição social	1.143.977,10
<b>Ajustes as sobras/perdas líquidas: (não afetaram o caixa)</b>	<b>33.042,26</b>
Despesas de depreciação e amortização	33.042,26
(Lucro)/Prejuízo na equivalência patrimonial	0,00
Outros ajustes	0,00
<b>Variações patrimoniais: (afetaram o resultado/receitas e despesas)</b>	<b>1.754.512,27</b>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	0,00
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	0,00
Relações interfinanceiras e interdependências	539.080,08
Operações de crédito	-8.083.970,23
Outros créditos	-7.574,82
Outros valores e bens	0,00
Depósitos	8.272.024,19
Obrigações por operações compromissadas	0,00
Obrigações por empréstimos e repasses	0,00
Instrumentos financeiros derivativos	0,00
Outras obrigações	1.034.953,05
Resultados de exercícios futuros	0,00
Ajuste ao valor de mercado - TVM e IFD	0,00
Outros ajustes	0,00
<b>CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>2.931.531,63</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	
Alienação de investimentos	0,00
Alienação de imobilizado de uso	0,00
Aquisição de investimentos	-290.361,13
Aquisição de imobilizado de uso	-47.676,79
Aplicação no diferido	0,00
Outros ajustes	0,00
<b>CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>-338.037,92</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	
<b>Variações patrimoniais:</b>	<b>797.207,00</b>
Aumento/(redução) de capital	797.207,00
Reservas de capital	0,00
Reservas de reavaliação	0,00
Reservas de lucros	0,00
Sobras ou perdas acumuladas	0,00
Despesas de juros ao capital	0,00
Outros ajustes	
<b>CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>797.207,00</b>
	3.390.700,71
<b>Aumento líquido de caixa e de equivalentes de caixa</b>	<b>3.390.700,71</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	17.797.366,82
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	21.188.067,53

# NOTAS

## Explicativas

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

### **EXERCÍCIOS FINDOS EM 30.06.2016 E 30.06.2015**

#### **NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL**

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Palmeiras e Região Ltda – Sicoob Palmeiras é uma sociedade cooperativa de responsabilidade limitada, integrante do Sistema Financeiro Nacional e do Sistema de Crédito Cooperativo de Goiás – Sicoob Goiás, constituída com o objetivo precípua de:

- ✓ Estimular o desenvolvimento econômico e interesses comuns dos associados;
- ✓ Estimular a pesquisa e promover a difusão e introdução de novas tecnologias que motivem a qualidade e a produtividade;
- ✓ Proporcionar, pela mutualidade, assistência financeira aos associados, com a finalidade de promover a produção rural, bem como sua circulação e industrialização;
- ✓ Promover o aprimoramento técnico, educacional e social de seus dirigentes, associados, seus familiares e empregados;
- ✓ Prestar serviços inerentes às atividades específicas de instituição financeira.

#### **NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**a)** As demonstrações contábeis foram estruturadas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC-T 10.9), aplicáveis às entidades financeiras, observando-se os conceitos contidos na lei das Sociedades por Ações (6.404/76), ressaltando as modificações introduzidas pela lei nº. 11.638/2007 que não foram contempladas, normas da Lei 4.595/64 e 5.764/71 que regem as sociedades cooperativas e de conformidade com os preceitos estabelecidos pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF do Banco Central do Brasil.

**b)** Em face de ausência de disposições normativas exaradas pelo Banco Central do Brasil deixamos de observar conceitos e terminologia própria das sociedades cooperativas estabelecidas na NBC-T 10.8.

**c)** Atendendo a Resolução 3.750 de 30.06.2009 Banco Central do Brasil e CPC-05 Divulgação das Partes Relacionadas aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis em 30.10.2008.

**d)** O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), desde o ano de 2008, emite normas e interpretações contábeis, alinhadas às normas internacionais de contabilidade, aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários. A Cooperativa aplicou os seguintes pronunciamentos, já recepcionados pelo Bacen:

CPC nº.	Assunto	Deliberação nº CVM	Resolução nº CMN
01-R1	Redução ao valor recuperável de ativos	639/10	3.566/2008
03-R2	Demonstração dos Fluxos de Caixa	641/10	3.604/2008
04-R1	Ativo Intangível	644/10	1.303/2010
05-R1	Divulgação das Partes Relacionadas	642/10	3.750/2009
25	Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	594/2009	3.823/2009
26-R1	Apresentação das Demonstrações Contábeis	676/11	1.376/2011

## NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

### a) Regime Contábil

As receitas e despesas relacionadas com as operações e atividades da Sicoob Palmeiras são apropriadas pelo regime de competência. As operações com taxas pós - fixadas estão atualizadas até a data do balanço e as operações com taxas pré – fixadas estão registradas pelo valor de resgate, cujas receitas e despesas inerentes a períodos futuros estão registradas em contas redutoras.

### b) Correção Monetária

Não estão reconhecidos nas demonstrações contábeis os efeitos inflacionários, medidos com base na UFIR, em cumprimento a determinação contida no artigo 4º da Lei 9.249/95 e Circular 2682/96 do Banco Central do Brasil.

### c) Operações de Crédito

As operações de crédito estão classificadas de acordo com o risco apresentado, amparado e seus garantidores e em relação à operação, levando-se em conta, ainda, as situações de renda e patrimônio bem como outras informações cadastrais do devedor, conforme preconizado pela Resolução CMN/BACEN 2682, de 21.12.1999, e Resolução CMN/BACEN 2697, de 24.02.2000.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco, sendo que as registradas como prejuízos são classificadas como de risco nível H, cuja provisão para perdas é mantida em 100% (cem por cento). As receitas oriundas das operações vencidas a mais de 60 (sessenta) dias somente são reconhecidas como realizadas quando efetivamente recebidas.

Após 06 (seis) meses da classificação no nível de risco H, as operações deveriam ser transferidas para a conta de provisão para créditos em liquidação, e para o resultado do exercício, sendo controladas no grupo de contas do compensado, não mais figurando no balanço patrimonial, no entanto o sistema operacional utilizado pela nossa cooperativa, ainda não opera dessa forma, estando as referidas operações figurando na carteira de crédito.

### d) Provisão para Perdas em Operações de Crédito

As provisões para perdas em operações de crédito foram constituídas com base no disposto nas Resoluções CMN/BACEN 2682/1999 e 2697/2000, sendo seu somatório considerado pela administração suficiente para fazer em face de prováveis perdas na realização dos créditos, coibindo assim:

- 100% (cem por cento) das operações de crédito vencidas a mais de 180 (cento e oitenta) dias.
- 100% (cem por cento) das utilizações do cheque especial, com utilização superior a 360 (trezentos e sessenta dias) dias.
- 100% (cem por cento) dos adiantamentos e excessos sobre limites de cheque especial não coberto a mais de 180 (cento e oitenta) dias.

### e) Imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31.12.95. As depreciações estão calculadas pelo método linear, observando-se as taxas anuais admitidas pela legislação tributária vigente.

### f) Reconhecimento das Receitas e Despesas

As receitas e despesas são apropriadas ao resultado, observando-se o regime de competência.

## NOTA 4 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Composta pelos valores da centralização financeira mantida no **SICOOB GOIÁS CENTRAL**, em rubrica específica em cumprimento à Circular BACEN nº. 3.238 de 17.05.2004.

<b>Ativo Circulante</b>	<b>30/06/2016</b>	<b>30/06/2015</b>
Carteira Própria	19.753.870	16.771.283
<b>Centralização Financeira</b>	<b>19.753.870</b>	<b>16.771.283</b>

## NOTA 5 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

### a) Resumo

<b>Operações de Crédito</b>	<b>06/2016</b>	<b>06/2015</b>
<b>CURTO PRAZO</b>		
Empréstimos e Títulos Descontados	15.729.755	13.899.076
Financiamentos	2.200.797	2.526.811
Financiamentos Rurais e Agro-industriais	9.329.803	7.136.903
(Provisão para Perdas em Operações de Crédito)	(467.987)	(556.602)
<b>Total no Curto Prazo</b>	<b>26.792.368</b>	<b>23.006.188</b>
Empréstimos e Títulos Descontados	3.494.369	2.549.372
(Provisão para Perdas em Operações de Crédito)	(116.997)	(61.845)
<b>Total no Longo Prazo</b>	<b>2.327.372</b>	<b>2.487.527</b>
<b>TOTAL DA CARTEIRA</b>	<b>29.119.740</b>	<b>25.493.715</b>

**b) Composição da Carteira de Crédito por Níveis de Risco**

<b>CARTEIRA</b>					
<b>Risco</b>	<b>Empréstimos e Títulos Descontados</b>	<b>Financia - mentos</b>	<b>Financiamentos Rurais</b>	<b>Total 30.06.2016</b>	<b>Total 30.06.2015</b>
AA	2.432.371	-	-	<b>2.432.371</b>	<b>3.357.853</b>
A	10.979.686	783.451	6.552.693	<b>18.315.830</b>	<b>13.624.223</b>
B	3.088.672	1.325.198	2.777.109	<b>7.190.979</b>	<b>7.694.589</b>
C	1.102.764	65.604	-	<b>1.168.368</b>	<b>867.051</b>
D	136.857	-	-	<b>136.857</b>	<b>69.809</b>
E	-	-	-	-	<b>66.739</b>
F	146.155	-	-	<b>146.155</b>	<b>23,00</b>
G	48.275	-	-	<b>48.275</b>	<b>38.404</b>
H	239.344	26.544	-	<b>265.888</b>	<b>393.471</b>
<b>TOTAL</b>	<b>18.174.124</b>	<b>2.200.797</b>	<b>9.329.802</b>	<b>29.704.723</b>	<b>26.112.162</b>

**c) Composição da Carteira de Crédito por Faixa de Vencimento**

**I – Vencidas**

<b>DIAS</b>	<b>Setor Privado</b>				
	<b>Pessoa Física e Jurídica</b>		<b>Rural</b>	<b>Total 30.06.2016</b>	<b>Total 30.06.2015</b>
Ate 60	455.454		-	455.454	318.944
Entre 61 e 180	38.635		-	38.635	67.893
Entre 181 e 360	12.194		-	12.194	131.984
Acima 360	-		-	-	
<b>TOTAL</b>	<b>506.283</b>			<b>506.283</b>	<b>518.821</b>

**II – Vincendas**

<b>DIAS</b>	<b>Setor Privado</b>				
	<b>Pessoa Física e Jurídica</b>		<b>Rural</b>	<b>Total 30.06.2016</b>	<b>Total 30.06.2015</b>
Até 90	9.888.103		4.266.776	14.154.879	10.573.929
Entre 91 a 360	7.129.239		5.063.026	12.192.265	10.663.936
Acima de 360	5.918.879		-	5.918.879	6.311.823
<b>TOTAL</b>	<b>22.936.221</b>		<b>7.136.902</b>	<b>32.266.023</b>	<b>27.549.688</b>

#### d) Provisão para Perdas em Operações de Crédito

##### I – Constituição da Provisão para Perdas em Operações de Crédito

Risco	Valor da Carteira	Provisão			
		Percentual BACEN	Provisão %	Total 30.06.16	Total 30.06.15
AA	2.432.371	0%	-	-	-
A	18.315.830	0,5%	15,66	91.579	68.121
B	7.190.979	1,0%	12,29	71.910	76.946
C	1.168.368	3,0%	5,99	35.051	26.012
D	136.857	10,0%	2,34	13.686	6.981
E	-	30,0%	-	-	20.022
F	146.155	50,0%	12,49	73.077	12
G	48.275	70,0%	5,78	33.793	26.882
H	265.888	100%	45,45	265.888	393.471
<b>TOTAL</b>	<b>29.704.723</b>	<b>***</b>	<b>100</b>	<b>584.984</b>	<b>618.447</b>

##### II – Evolução da Provisão para Perdas em Operações de Crédito

Carteira	30.06.2016	30.06.2015
<b>Saldo Anterior</b>	<b>296.287</b>	<b>595.445</b>
Empréstimos e Títulos Descontados	182.481	23.002
Financiamentos	45.681	-
Financiamentos Rurais	60.535	-
<b>TOTAL</b>	<b>584.984</b>	<b>618.447</b>

#### e) Recuperação de Créditos Baixados em Prejuízo

Operação	30.06.2016	30.06.2015
<b>Saldo no Início do Período</b>	<b>484.845</b>	<b>520.063</b>
Renegociação	-	-
Recebimento	(18.552)	(11.038)
Baixa como Prejuízo	-	-
<b>Saldo No Final do Período</b>	<b>466.293</b>	<b>509.024</b>

## NOTA 6 – OUTROS CRÉDITOS

### a) Rendas a Receber

Refere-se a rendas oriundas de convênio com CELG, SANEAGO, TELECOMUNICAÇÕES e TRIBUTOS ESTADUAIS, as quais serão recebidas a partir do mês de Julho de 2016.

## b) Diversos

ATIVO	30.06.2016	30.06.2015
<b>Circulante</b>		
Adiantamentos e Antecipações Salariais	9.924	5.665
Adiantamentos para despesas diversas	-	100,00
Devedores Por Depósitos em Garantia *	103.198	103.198
Valores a Receber – Tarifas	316	534
Devedores Diversos – por compra e valores e bens **	6.944	17.361
Títulos de crédito, Impostos e Contribuições a Compensar ***	92.377	-
Devedores Diversos – Pendências ****	12.885	37.955
<b>TOTAL</b>	<b>136.022</b>	<b>164.813</b>

\* Devedores Por Depósitos em Garantia, referente a Depósitos Judiciais de PIS e COFINS, do período de 11/1999 a 12/2004 cuja constitucionalidade está sendo questionada judicialmente pelas Cooperativas integrantes do Sistema Sicoob Goiás.

\*\* Devedores Diversos Por compra de Valores e Bens, referente à venda parcelada de imóvel recebido em dação de pagamento de associado.

\*\*\* Impostos e Contribuições a Compensar, Refere – se à valores pagos de IRRF sobre juros ao capital feito de forma linear durante todo o ano ficando um saldo a restituir de R\$89.622,26 ( oitenta e nove mil seiscentos e vinte e dois reais e vinte e seis centavos); valores a receber referente a acordo com associada R\$ 2.755,00 (dois mil setecentos e cinquenta e cinco reais) .

\*\*\*\* Devedores Diversos – Pendências, referente NR devolução eletrônica dia pós horário não acatado pelo Bancoob.

## NOTA 7 – ATIVO NÃO CIRCULANTE

Representa valores a receber da carteira de crédito, cujos vencimentos ultrapassam o final do exercício de 2016.

### a) Resumo

CONTAS	CUSTO CORRIGIDO	DEPREC./AMORT ACUMULADAS	SITUAÇÃO LÍQUIDA	TAXA DEPREC a.a %
<b>INVESTIMENTOS</b>				
Investimentos	3.981.767	-	3.981.767	-
<b>IMOBILIZADO DE USO</b>				
Mobiliários	65.019	42.743	22.276	10
Máquinas e Equipamentos	52.422	10.283	42.139	10
Aparelhos de Refrigeração	42.985	25.223	17.762	10
Sistema de Comunicação	4.136	2.650	1.486	10
Sist. Proces. de Dados	295.930	257.212	38.718	20
Sistema de Vigilância	65.909	45.583	20.326	10
Veículos	26.000	14.863	11.137	20
<b>INTANGIVEL</b>				
Direito de Uso	120.000	84.999	35.001	10
Fundo de Comercio	185.633	176.781	8.852	10
<b>Total</b>	<b>4.839.801</b>	<b>660.337</b>	<b>4.179.464</b>	<b>***</b>

## b) Investimentos

Representado pelas aquisições de 1.440.592 (Um milhão e quatrocentos e quarenta mil e quinhentos e noventa e dois) ações preferenciais do Banco Cooperativo do Brasil – Bancoob e 2.561.155 (dois milhões quinhentos e sessenta e um mil e cento e cinqüenta e cinco) cotas de capital, no valor unitário de R\$1,00 (um real), da Cooperativa Central de Crédito de Goiás Ltda. – Sicoob Goiás Central, cujo capital da Cooperativa Central de Crédito de Goiás Ltda. – Sicoob Goiás Central em 30.06.2015 somava R\$ 81.259.005,95. (oitenta e um milhões duzentos e cinqüenta e nove mil e cinco reais e noventa e cinco centavos).

## c) Intangível

Refere-se:

1. Aquisição de três licença do sistema sisbr, sendo 01 (uma) para Sicoob Palmeiras, 01 (uma) PA – Turvânia e a ultima para o PA – Palminópolis.
2. Investimentos incorridos na ampliação e modernização da sede da Sicoob Palmeiras realizada em 2010, cuja amortização está sendo realizada em 120 (cento e vinte) meses, de acordo com o contrato de aluguel firmado entre o locatário e a Cooperativa.
3. Investimentos incorridos na ampliação reforma e modernização do prédio do PA-Palminópolis, realizada no 2º semestre de 2008.

## NOTA 8 – REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVO.

Norma regulamentada no Pronunciamento Técnico do CPC nº. 01 (R01) e foi normatizado pela resolução do CFC nº. 1.110 de 29 de novembro de 2007 (NBC T 19.10), que tem como objetivo definir procedimentos visando assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou venda.

Embora não tenha sido efetuado teste de recuperabilidade dos ativos, acredita-se que não haveria necessidade de provisão para perda na recuperação de ativos pelas seguintes razões:

### a) INVESTIMENTOS

- São representados por ações do Bancoob e cotas junto a Cooperativa Central de Credito de Goiás Ltda – Sicoob Goiás Central, o que não apresenta diante das demonstrações financeiras da cooperativa, qualquer indicativo de que não sejam integralmente recuperáveis.

### b) IMOBILIZADO

A Entidade possui bens imóveis de uso próprio?	<b>NÃO</b>
A Entidade possui veículos?	<b>SIM</b>
A Entidade possui bens móveis e equipamentos em perfeito funcionamento e são recentes?	<b>SIM</b>
Se os bens são recentes, entende-se que o valor está compatível com o valor de mercado e alguns, mais antigos já esta 100% depreciado e registrado contabilmente pelo menor valor.	<b>SIM</b>
A Entidade possui bens móveis e equipamentos locados?	<b>NÃO</b>

O Imobilizado também não apresenta índice de desvalorização ao valor recuperável de seus ativos, visto ser formado apenas de bens móveis em condições normais de estado e funcionamento e que são

depreciados mensalmente de acordo com as taxas de depreciação.

## NOTA 9 – DEPÓSITOS

Representados pelos depósitos a vista em conta corrente de cada associado e pelas aplicações financeiras na cooperativa.

## NOTA 10 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

### ➤ Repasses Interfinanceiros

Refere-se a recursos obtidos junto ao BANCOOB – Banco Cooperativo do Brasil S/A, para repasse aos associados em operações de Recursos Obrigatórios e Repasses no âmbito do Crédito Rural (Custeio e Investimento) com prazo médio de 340 (trezentos e quarenta) dias. As garantias prestadas são representadas por avais da própria Diretoria e do Conselho de Administração.

## NOTA 11 – PARTES RELACIONADAS

Partes Relacionadas podem ser definidas, de um modo amplo, como aquelas entidades, físicas ou jurídicas, com as quais uma instituição tenha possibilidade de contratar, no sentido lato deste termo, em condições que não sejam as de comutatividade e independência que caracterizam transações privilegiadas, em relação a esta cooperativa são considerados como partes relacionadas os membros do Conselho de Administração e Fiscal, Diretoria Executiva e Empregados com Cargos de Gerencia e parentes até 3º Grau (conjugue, pais, avô, bisavô, filho, neto, bisneto, irmão, sobrinho e tio). Também considera-se parte relacionada as entidades ligadas por vínculo societário, bem como aquelas que tenham controle ou dirigentes em comum. Segue a relação de operações de credito com as partes relacionadas ate 30/06/2016.

Modalidade de operação	Saldo na data base das demonstrações
Cheque Especial	R\$ 79.980,34
Cartão de Credito	R\$ 322.800,00
Emprestimo	R\$ 2.651.439,24
Desconto de Títulos	R\$ 1.445.704,87
Crédito Rural	R\$ 3.949.244,46

## NOTA 12 – RELAÇÕES DE INTERDEPENDENCIAS

Refere – se ao recebimento de convênios não processado na compensação do dia, sendo regularizado posteriormente.

## NOTA 13 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

### a) Sociais e Estatutárias

#### I – Fates

Atendendo a determinação do Banco Central do Brasil, o Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social – FATES encontra-se registrado no Passivo Circulante, apresentando um saldo de R\$ 183.097,20 (cento e oitenta e três mil noventa e sete reais e vinte centavos), tendo sido constituído conforme abaixo demonstrado:

Descrição	30.06.2016	30.06.2015
<b>Saldo no início do período</b>	<b>263.711,36</b>	260.238,10
Utilização no Período	(80.614,16)	(56.541,29)
Destinação Ato c/ Terceiros		14.372,98
Destinação Conf. Estatuto Social		
<b>Saldo no final do período</b>	<b>183.097,20</b>	<b>218.069,79</b>

## II – Cotas de Capital a Pagar

Saldo relativo a cotas de capital a pagar referente as contas corrente encerradas antes da Assembleia Geral Ordinária de aprovação das contas da demonstrações contábeis do exercício.

30.06.2016	30.06.2015
<b>18.873</b>	<b>20.484</b>

### b) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados

Refere – se a retenção de IOF a recolher sobre as operações de credito e os rendimentos de aplicações financeiras.

### c) Fiscais e Previdenciárias

Composta pelas contas abaixo relacionadas representa obrigações sociais da Sicoob Palmeiras, a vencer durante o exercício de 2016.

Descrição	30.06.2016	30.06.2015
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	1.269	676
Impostos e Contribuições s/ Salários	34.137	31.277
Impostos Retidos a Recolher	12.799	7.972
<b>TOTAL</b>	<b>48.205</b>	<b>39.925</b>

### d) Diversas

## I - Provisão Para Pagamentos a Efetuar

Composta pelos valores abaixo relacionados, que se refere à provisão para pagamentos de despesas administrativas cujos pagamentos realizar-se-ão até o final do exercício de 2016.

Descrição	30.06.2016	30.06.2015
Salários e Vencimentos	28.243	12.582
Provisão p/ Pgtº de Despesas com Pessoal	116.843	117.862
Provisão p/ Pgtº de Outras Desp. Administrativas	74.025	58.003
Provisão p/ Pgtº de Juros ao Capital deduzido IRRF	1.106.582	902.831
<b>Total</b>	<b>1.325.693</b>	<b>1.091.278</b>

## II - Credores Diversos-País

Rubrica composta pelas contas abaixo relacionadas. Representam obrigações da Sicoob Palmeiras para com terceiros e para com seus associados.

Descrição	30.06.2016	30.06.2015
Pagamentos a Processar/Fornecedores	17.531	22.010
Sobras de Caixa	10.373	12.418
Pendências a Regularizar	191	0
Cheques Depositados	175.582	101.893
Cobrança	41.288	1.577
Faturas SICOOBCARD	-	-
<b>Total</b>	<b>244.965</b>	<b>137.898</b>

- Pagamento a processar/fornecedores, refere - se a compras de materiais de consumo e prestações de serviços ainda não pagos.
- Sobras de caixa: refere – se às sobras de caixa acumuladas ate 30/06/2016.
- Pendências a Regularizar: Refere- se à transferência entre conta corrente debito maior que o credito, ressarcimento de parcela paga antecipada de credito consignado a devolver.
- Cheque depositado: refere – se aos cheques descontados enviado para compensação.

## NOTA 14 – PASSIVO NÃO CIRCULANTE

### Outras Obrigações

O montante de R\$ 103.198 (cento e três mil, cento noventa e oito reais) refere à provisão constituída para Riscos Fiscais, PIS e COFINS. A legalidade de recolhimento está sendo questionada pelas cooperativas de crédito integrantes do sistema Sicoob Goiás, através de mandado de segurança aforado pelas mesmas, com pedido de liminar.

Foi concedida, em 01.08.2000, liminar determinando à autoridade competente para se abster de exigir das cooperativas de créditos do sistema Sicoob Goiás a contribuição para a COFINS sobre a receita dos atos cooperativos próprios (Lei 5.764/71), excluindo-se da decisão os atos praticados com terceiros, cuja mesma

encontra-se suspensa.

Em 25.11.2005 o TRF1 julgou e deu ganho de causa às cooperativas de crédito integrantes do sistema Sicoob Goiás em relação ao Recurso de Apelação no Mandado de Segurança sobre a cobrança da COFINS, até 30.06.2010 o acórdão ainda não foi publicado e a Fazenda Nacional terá ainda direito a tentar outros recursos que poderão ser impetrados em 30(trinta) dias a contar da publicação, enquanto isso, as cooperativas deverão aguardar para tomar as medidas cabíveis de reaver os valores depositados em juízo bem como o estorno das provisões efetuadas.

## NOTA 15- PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido da Sicoob Palmeiras está assim representado:

Nomenclatura	30.06.2016	30.06.2015
Capital Social	20.166.872	17.778.319
(-) Capital a realizar	(125.624)	(70.470)
Fundo de Reserva	4.176.506	3.432.277
Reserva para Contingências	86.128	76.973
Sobras do 1º Semestre	1.224.591	756.225
<b>Total (PL)</b>	<b>25.528.473</b>	<b>21.973.323</b>

O Capital Social é constituído por cotas no valor unitário de R\$1,00 (um real), representa a integralização de 1.090 (Um mil e noventa) associados. O voto é pessoal e intransferível sendo que, cada associado possui 01 (um) voto, independente da quantidade de cotas que o mesmo detenha.

## NOTA 16 – SOBRAS LÍQUIDAS

As sobras líquidas no final do 1º Semestre de 2016 estão assim demonstradas:

Descrição	30.06.2016	30.06.2015
<b>Resultado Antes da Provisão de Juros a Capital</b>	<b>2.250.559</b>	<b>1.741.331</b>
(+/-) Ajuste exercício anterior	-	-
(-) Provisão p/ pagtº de juros ao capital	(1.106.582)	(1.027.274)
(-) Receita liq. ato não cooperativo - Fates	-	(14.373)
(+) Ajuste utilização recursos do Fates	80.614	56.541
<b>(=) Resultado Ajustado</b>	<b>1.224.591</b>	<b>756.225</b>

## NOTA 17 – COMPENSADO

Composto pelo registro:

CONTAS	30/06/2016	30/06/2015
Patrimônio de Referencia - Ajustes	2.739.812	2.331.833
Custódia de valores	5.856.991	5.725.872
Cobrança	4.357.266	2.131.627
Avais, fianças e outras garantias recebidas	59.155.562	49.257.682
Rendas geradas por operação de credito - controle	3.351.813	-
Despesas incorridas em captação - Controle	(669.865)	-
Desp. Incorridas em Obrigações por empr. Repasse	(450.930)	-
Créditos baixados como prejuízo	466.293	509.024
Limites Operacionais	27.230	27.230
Créditos contratados a liberar	3.998.321	4.077.897
Vrs. de Cap. Realiz. e PL Mínimos se Participadas	9.437	9.652
Patrimônio líquido exigido p/ cobertura risco mercado	102.827	102.827
Outras Contas de Compensação Passivas	7.845.165	7.851.605
Classificação da carteira de créditos	29.704.724	26.112.162
<b>TOTAL</b>	<b>116.494.646</b>	<b>98.137.411</b>

## NOTA 18 – MUDANÇAS DE PRÁTICAS CONTÁBEIS

Em face de disposições legais ou exigências técnicas, ocorreram as seguintes mudanças de procedimentos e critérios para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis:

### a) Terminologia

Tendo em vista ser de competência do Banco Central do Brasil expedir normas gerais de contabilidade e estatística a serem observadas pelas instituições financeiras, em cujo rol das cooperativas de crédito está inserido, e, em face do referido BACEN não ter contemplado em seus normativos os critérios definidos na NBC-T 10.8, aprovada pela Resolução CFC 920/2001, deixamos de aplicar o estabelecido na referida norma técnica.

### b) Controle de Risco

A Cooperativa apurou e mantém controle em contas de compensação valor inerente a exigibilidade de Patrimônio Líquido para garantia de riscos operacionais.

### c) Centralização Financeira

Em atendimento á Circular nº 3.228, emitida pelo Banco Central do Brasil em 27.05.2004, os recursos oriundos do ato cooperativo denominado “ Centralização Financeira” estão apresentados como “ Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira – Cooperativas”.

As receitas obtidas com tal ato passaram, por força da citada circular, a serem registradas no título “Outras Receitas Operacionais – Ingresso de Depósitos Intercooperativos”.

## NOTA 19 – DEMONSTRAÇÕES DE FLUXO DE CAIXA

A Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC foi elaborada em atendimento à resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.604/2008, pelo método indireto, de acordo com modelo anexo a CA-696/2008 do Sicoob Brasil.

DESCRIÇÃO	30.06.2016	30.06.2015
Caixas e equivalentes de caixas no início do período	17.797.367	17.123.393
Caixas e equivalentes de caixas no final do período	21.188.068	17.261.846

***Reconhecemos a exatidão e integridade desta demonstração, elaborada em 30/06/2016 de acordo com os documentos idôneos fornecidos à contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade.***

Palmeiras de Goiás – GO, 30 de Junho de 2016.

**JOSE RENNER DE SOUZA RATES**

**C.P.F.: 301.740.231-20**

**PRESIDENTE**

**JOSE MARQUEZ DE MACEDO**

**C.P.F.: 010.628.671-49**

**VICE - PRESIDENTE**

**FERNANDA CASTORINA CAMPOS**

**Contadora: CRC-GO 020222**

**C.P.F.: 017.748.781-00**

**RESUMO DA  
DESCRIÇÃO DA  
ESTRUTURA DE  
GERENCIAMENTO  
DE RISCOS E  
DE CAPITAL**

**Resumo da Descrição da Estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Capital do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – Sicoob  
Ano 2016-1**

## **1. Risco Operacional**

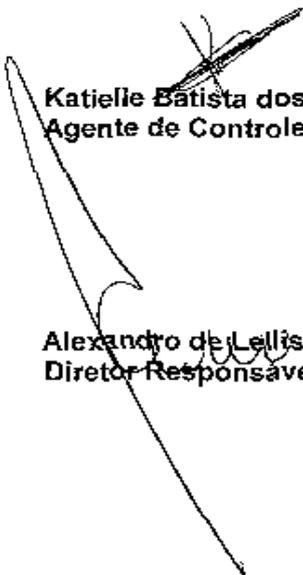
- 1.1 As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob.
- 1.2 O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.
- 1.3 As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos e Riscos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.
- 1.4 Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração. A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).
- 1.5 Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006 encontra-se disponível no sítio do Sicoob ([WWW.sicoob.com.br](http://WWW.sicoob.com.br)) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

## **2. Riscos de Mercado e de Liquidez**

- 2.1 O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob Palmeiras (**Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Palmeiras e Região Ltda**) objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída nas Resoluções CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.
- 2.2 Conforme preceitua o artigo 11 da Resolução CMN 3.721/2009, o Sicoob Palmeiras (**Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Palmeiras e Região Ltda**) aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).
- 2.3 No gerenciamento dos riscos de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (*trading*) e não negociação (*banking*), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de *stress* e de aderência do modelo de mensuração de risco (*backtesting*).

- 2.4 No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.
- 2.5 Não obstante a centralização do gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez, o Sicoob Palmeiras (**Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Palmeiras e Região Ltda**) possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.
- 3. Risco de crédito**
- 3.1 O gerenciamento de risco de crédito do Sicoob Palmeiras (**Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Palmeiras e Região Ltda**) objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.
- 3.2 Conforme preceitua o artigo 10 da Resolução CMN nº 3.721/2009, o Sicoob Palmeiras (**Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Palmeiras e Região Ltda**) aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no site [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).
- 3.3 Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.
- 3.4 Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o Sicoob Palmeiras (**Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Palmeiras e Região Ltda**) possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.
- 4. Gerenciamento de capital**
- 4.1 A estrutura de gerenciamento de capital do Sicoob Palmeiras (**Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Palmeiras e Região Ltda**) objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.
- 4.2 Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, o Sicoob Palmeiras (**Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Palmeiras e Região Ltda**) aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no site [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).

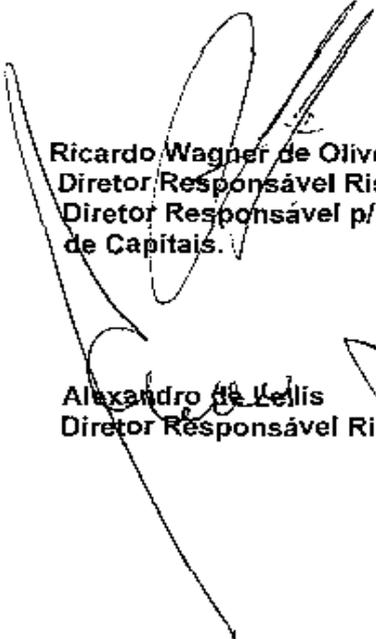
- 4.3 O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:
- a) avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;
  - b) planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;
  - c) adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.
- 4.4 Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.



**Katielle Batista dos Santos**  
Agente de Controle Interno e Risco



**Alexandro de Lellis**  
Diretor Responsável Risco Operacional



**Ricardo Wagner de Oliveira**  
Diretor Responsável Risco de Mercado  
Diretor Responsável p/ Gerenciamento  
de Capitais.



**Alexandro de Lellis**  
Diretor Responsável Risco Crédito



## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DE USO GERAL

Aos

Administradores da

**Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Palmeiras e Região Ltda. - SICOOB PALMEIRAS**

**Palmeiras - GO.**

Prezados Senhores;

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Instituição Financeira **Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Palmeiras e Região Ltda. - SICOOB PALMEIRAS**, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de Junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de



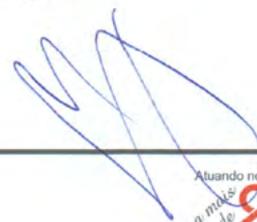
exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Opinião dos auditores independentes**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição Financeira **Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Palmeiras e Região Ltda. - SICOOB PALMEIRAS, EM 30 DE JUNHO DE 2016**, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.



Atuando no mercado brasileiro  
a mais  
de **25** Anos  
"Qualidade e Segurança no que faz"



### Outras Informações

As demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 30/06/2015, apresentadas para fins comparativos, foram por nós auditadas, tendo sido emitido Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras sem ressalvas, datado de 12/08/2015.

Aparecida de Goiânia-GO, 22 de Agosto de 2016.

**DCA AUDITORES INDEPENDENTES S/S**  
**CRC/GO 000757/O-6**

**Valdir Mendonça Alves**  
**Contador, CRC-GO 005944/O- 4**  
**Sócio/ Gerente de Auditoria**

**PARECER DO CONSELHO FISCAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE**  
**ADMISSÃO DE PALMEIRAS E REGIÃO LTDA - SICOOB PALMEIRAS, REFERENTE**  
**AO 1º. SEMESTRE DO ANO DE 2016 (DOIS MIL E DEZESSEIS)**

Nós, membros do Conselho Fiscal do Sicoob-Palmeiras, reunimos aos 28 (vinte e oito) dia do mês de julho de 2016, sob coordenação do Conselheiro Wendell Douglas Machado, para cumprir as disposições legais e estatutárias vigentes e, após avaliações e conferências, chegamos às seguintes conclusões: Seguindo as normas do Banco Central do Brasil; Verificamos constantemente as operações de créditos dos cooperados, inclusive os conselheiros, diretores e colaboradores; se houveram renovações ou repactuações de dívidas sem amortização de um terço do saldo devedor; se houveram operações de crédito, até mesmo adiantamentos a depositantes vencidos a mais de 90 (noventa) dias e outras operações não aceitas pelo Banco Central do Brasil.

O Conselho Fiscal enfatiza que os critérios utilizados na concessão de crédito estão em concordância com as normativas estabelecidas pelo Sicoob Goiás Central, pelo BANCOOB e pelo Banco Central do Brasil. Quanto aos empréstimos liberados, reiteramos que estes necessitam de maior rigor, evitando inadimplência demasiada, minimizando empréstimos que provoquem a Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa, os quais prejudicam a Cooperativa e diminuem o seu Patrimônio Líquido.

Em relação ao Patrimônio Líquido Ajustável (P.L.A.), houve um aumento superior a 1,0151% no 1º semestre de 2016, sendo R\$ 25.192.126,05 em dezembro de 2015 e R\$ 25.447.859,28 em junho de 2016.

Nossa análise foi conduzida de acordo com as normas regulamentares em vigor, levando em consideração as demonstrações contábeis apresentadas a esse conselho. O relatório da DCA AUDITORES INDEPENDENTES S/S, CRC/GO 000757/O-6, será analisado pelo novo conselho fiscal, após a sua posse.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras representam adequadamente a posição patrimonial e financeira da Instituição Sicoob-Palmeiras, em 30 de junho de 2016.

Em suma, somos de parecer favorável à aprovação do balanço que nos foi apresentado.

Palmeiras de Goiás, 28 de julho de 2016.

Wendell Douglas Machado  
Conselheiro – Coordenador

Denir Correia Rodrigues Júnior  
Conselheiro – Secretário

Maria Júlia Fonseca Machado  
Conselheiro – Membro

\*Operação sujeita à análise e aprovação de crédito. Nos casos em que os recursos são repassados pelo Bancob, banco cooperativo cujo controle acionário pertence às cooperativas do Sicoob.



## Crédito Consignado Sicoob INSS. Dê um crédito para seus planos.

O Crédito Consignado Sicoob INSS é um empréstimo\* criado para realizar os planos dos aposentados do INSS. O valor das parcelas é fixo e descontado no seu benefício, para você ficar mais tranquilo até na hora de pagar. E tem mais: não precisa ser associado do Sicoob para fazer o empréstimo\*\*.

**Crédito Consignado Sicoob INSS. Para você só se preocupar em ser feliz.**

Procure uma cooperativa Sicoob. Central de Atendimento - 0800 642 0000.  
Ouvidoria - 0800 725 0996. Deficientes auditivos ou de fala - 0800 940 0458.  
[www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br)

 **SICOOB**  
ASSOCIADO A VOCÊ.

# **A MAIS VIDA CORRETORA DE SEGUROS é parceira do SICOOB PALMEIRAS na comercialização de Seguros.**

Temos as melhores condições do mercado em seguros nas mais diversas modalidades: Automóveis Individuais, Frotas, Seguros Rurais, Lavoura, Equipamentos Agrícolas, e todos os demais ramos no Agronegócio e Comercio;

Peça uma proposta de seu seguro com um de nossos funcionários, e usufrua dos benefícios que sua Cooperativa oferece, melhores taxas, participação nos resultados e o fortalecimento de sua Cooperativa. Consulte-nos!







**Palmeiras de Goiás:**

Av. Humberto Mendonça, nº 223-B, Vila São José.

Fone: (64) 3571-1692

**Turvânia:**

Av. Goiânia, nº 1.225, Centro.

Fone: (64) 3682-1493/1494

**Palminópolis:**

Rua Dep. Antônio Queiroz Barreto, s/nº, Centro.

Fone: (64) 3675-1250/1213

Ouvidoria: 0800 646 4001